

IV Encontro Hume

Londrina, 3 a 5 de setembro de 2013

Todo começo de existência tem necessariamente uma causa?

A resposta de Hume a Hobbes

José Oscar de Almeida Marques

Departamento de Filosofia - UNICAMP

Resumo: No *Tratado da Natureza Humana* Hume examina, na seção 1.3.3, as razões que nos levam a supor que tudo que começa a existir deve ter necessariamente uma causa de sua existência. Hume observa que, embora essa máxima seja universalmente aceita, ela não é nem intuitivamente nem demonstrativamente certa, pois as ideias de causa e de início de existência, sendo distintas e separáveis, não se implicam mutuamente, e é perfeitamente possível à imaginação conceber alguma coisa começando a existir sem acoplar-lhe a ideia de um princípio produtivo. Em sua discussão, Hume examina e busca refutar três argumentos (creditados respectivamente a Hobbes, Clarke e Locke) destinados a demonstrar a máxima em questão. Hume não tem dificuldades em identificar o passo falacioso nos dois últimos, mas o argumento hobbesiano claramente lhe traz dificuldades e o alcance e eficácia de sua resposta não são tão evidentes. Em minha apresentação, pretendo examinar esse argumento e a refutação proposta por Hume, tanto para lançar luz sobre essa passagem notoriamente obscura do Tratado como pelo interesse intrínseco do próprio argumento de Hobbes, que me parece ainda hoje fornecer um dos mais fortes apoios a filósofos que buscam recuperar uma noção aristotélica de causalidade.

Does every beginning of existence necessarily have a cause? Hume's answer to Hobbes

Abstract: In the *Treatise of Human Nature* Hume examines, in section 1.3.3, the reasons that lead us to assume that everything that begins to exist must necessarily have a cause of its existence. Hume notes that while this maxim is universally accepted, it is neither intuitively nor demonstratively certain, as the ideas of cause and beginning of existence, being distinct and separable, do not imply each other, and it is perfectly possible for the imagination to conceive that something begins to exist without engaging in the idea of a productive principle. In his discussion, Hume examines and seeks to refute three arguments (credited respectively to Hobbes, Locke and Clarke) to demonstrate the maxim in question. Hume has no difficulty in identifying the fallacious step in the last two, but the Hobbesian argument clearly brings him difficulties, and the reach and effectiveness of his answer are not so evident. In my presentation I intend to examine this argument and the refutation proposed by Hume, both to shed light on this notoriously obscure passage of the *Treatise* and because of the intrinsic interest of Hobbes's argument, which seems even today to provide one of the strongest support for philosophers seeking to recover an Aristotelian notion of causality.

Estrutura

1. Survey da Seção 1.3.3 do *Tratado*:

Dedicada a mostrar que a máxima “tudo que começa a existir tem uma causa” não é uma verdade necessária. Argumento a partir da teoria das relações. Argumento a partir da tese da separabilidade. Refutação das 3 provas produzidas por Hobbes, Locke e Clarke.

2. Discussão do argumento de Hobbes e resposta de Hume

3. Reconstrução do argumento de Hobbes por Anscombe

4. Exame de um segundo argumento de Hobbes, no *De corpore*

1. Survey da Seção 1.3.3 do *Tratado da Natureza Humana* (Why a cause is always necessary)

Nesta seção, Hume dedica-se ao exame da máxima “tudo o que começa a existir deve ter uma causa de sua existência”

Essa proposição é comumente aceita como certa e indubitável.

Hume investiga o fundamento dessa certeza e conclui que a verdade dessa proposição não pode ser apreendida imediatamente pela intuição, nem estabelecida por meio de um raciocínio demonstrativo.

Não é intuitivamente certa:

Para que uma proposição seja **intuitivamente certa**, é preciso que as ideias nela envolvidas se relacionem de uma maneira que dependa exclusivamente das próprias ideias, e de nenhuma circunstância exterior a elas.

Ora, as únicas relações desse tipo são (i) semelhança, (ii) proporção em quantidade e número, (iii) graus de qualidade, e (iv) contrariedade. A relação entre as ideias de “causa” e “começo de existência” não é de nenhum desses tipos. Assim, a proposição não pode ser fundada na intuição (a menos que se negue a teoria humeana das relações).

Não é demonstrativamente certa:

Hume tem um argumento indireto para isso. Demonstrar que sua verdade é necessária é o mesmo que demonstrar que seria impossível uma nova existência ou nova modificação de existência sem a atuação de uma causa. Mas como as ideias envolvidas são distintas e separáveis uma da outra, é fácil conceber um objeto não existindo em um instante e existindo no instante seguinte, sem juntar-lhe a ideia de uma causa. E se a separação da ideia de “causa” da ideia de um “começo de existência” é possível para a imaginação, então isso mostra que não há contradição envolvida na separação real desses dois objetos, e não é possível demonstrar a necessidade de uma causa.

2. Discussão do argumento de Hobbes e resposta de Hume

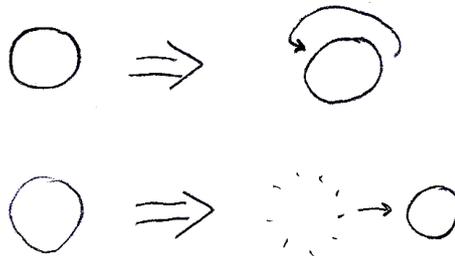
Apresentação por Hume dos três argumentos

1) [Hobbes] “All the points of time and place, say some philosophers [Mr. *Hobbes*], in which we can suppose any object to begin to exist, are in themselves equal; and unless there be some cause, which is peculiar to one time and to one place, and which by that means determines and fixes the existence, it must remain in eternal suspense; and the object can never begin to be, for want of something to fix its beginning.”

2) [Clarke] “Everything must have a cause, for if anything wanted a cause, *it* would produce itself, that is, exist before it existed, which is impossible”

3) [Locke] “Whatever is produced without any cause is produced by *nothing*, or, in other words, has nothing for its cause. But nothing can be never a cause, no more than it can be something ... [so we] must perceive that every object has a real cause of its existence.” [Essay iv, x, 3]

A resposta de Hume aos dois últimos argumentos é essencialmente a mesma. Eles supostamente são argumentos por *reductio*: suponha-se um evento sem causa e um absurdo se segue. Mas Hume aponta que o absurdo só decorre da suposição quando se acrescenta implicitamente a própria tese que se pretende demonstrar, a saber, que alguma causa é necessária.



Mas o primeiro argumento não se resolve tão facilmente.

O argumento na formulação de Hobbes

Antes de examinar a resposta de Hume, é interessante consultar a formulação original de Hobbes [EW IV, 276 (On Liberty and Necessity)]:

“Also the sixth point, that a man cannot imagine anything to begin without a cause, can no other way be made known but by trying how he can imagine it. But if he try, he shall find as much reason, if there be no cause of the thing, to conceive it should begin at one time as at another, that is, he has equal reason to think it should begin at all times; which is impossible, and therefore he must think there was some special cause why it began then rather than sooner or later; or else that it began never, but was eternal.”

Notar as seguintes diferenças:

1) Hobbes menciona apenas tempo, não tempo e lugar.

2) Hobbes não conclui que o objeto não poderia começar a existir, mas sim que existiria eternamente

Quanto a 1), veremos à frente um outro argumento de Hobbes para sua tese que menciona o lugar, ou o espaço.

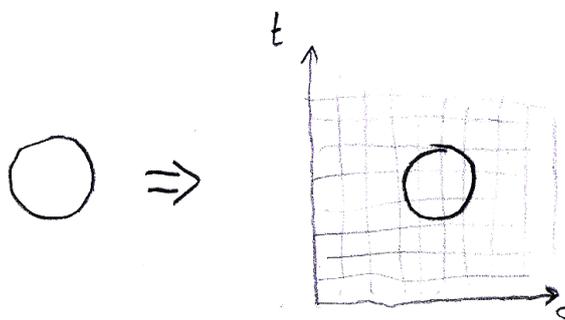
Quanto a 2), Hume parece ter feito a modificação para aproximar o argumento dos dois outros e aplicar a mesma estratégia de solução.

A resposta de Hume ao argumento de Hobbes

A resposta de Hume é tortuosa. Vamos examiná-la com cuidado.

“But I ask: Is there any more difficulty in supposing the time and place to be fixed without a cause, than to suppose the existence to be determined in that manner? The first question that occurs on this subject is always, *whether* the object shall exist or not? The next, *when* and *where* it shall begin to exist? If the removal of a cause be intuitively absurd in one case, it must be so in the other. And if that absurdity be not clear without a proof in the one case, it will equally require one in the other. The absurdity, then, of the one supposition can never be a proof of that of the other; since they are both upon the same footing, and must stand or fall by the same reasoning.”

Aparentemente Hume está analisando o argumento mais uma vez como uma *reductio*:



A hipótese, mais uma vez, é que um objeto começa a existir sem causa (P1). Mas como todo início de existência ocorre em alguma posição determinada do espaço e tempo, a consequência é que um objeto começa a existir sem causa em uma posição determinada do espaço e tempo (P2), o que seria um absurdo, para Hobbes.

A isto Hume dá aparentemente duas respostas. A mais compreensível é negar que P2 seja absurdo, ou que seria mais absurda que P1. Mais uma vez, o que Hume poderia parecer estar propondo é que só se enxergaria um absurdo em P2 se, novamente, se estivesse assumindo tacitamente uma versão do princípio de razão suficiente. Mas é exatamente esse princípio que Hume recusa. Para ele, um começo de existência em uma posição determinada do tempo e espaço é perfeitamente concebível sem a junção da ideia de uma causa.

Um outro aspecto de sua resposta é a separação entre as questões de *se* o objeto começa a existir, e *quando* e *onde* ele começa a existir. Nesse ponto é difícil acompanhar Hume. Essas duas ideias envolvidas nessas duas questões parecem de fato envolver apenas uma distinção de razão (detalhar)

3. Reconstrução do argumento de Hobbes por Anscombe

Em dois artigos ('Whatever has a beginning of existence must have a cause': Hume's Argument Exposed, e Times, Beginnings and Causes) Elizabeth Anscombe retoma o argumento hobbesiano e busca dirigi-lo com mais eficácia contra a teoria de Hume.

Em resumo, ela questiona possibilidade de se conceber que algo começou a existir em um certo tempo e lugar sem mobilizar a noção de causa. Meramente conceber o objeto como não existente em um lugar em um certo instante e existente nesse lugar no instante seguinte não basta para estabelecer que o objeto *começou a existir* então. Ele poderia já existir em outro lugar e ter viajado para lá. Para eliminar essa possibilidade, Anscombe afirma que temos de apelar a uma causa, na acepção de um princípio produtivo. Sabemos que certos objetos como cadeiras, bebês e pudins começaram a existir em um tempo e lugar porque testemunhamos o processo de produção desses objetos: "O pudim que vamos comer não chegou completo subitamente, sabemos sua origem, pois ele foi feito na cozinha a partir de seus ingredientes por sua irmã, e você a viu fazê-lo" (1981, p. 162).

Dificuldades desse argumento:

1) Para David Gordon, ele dificilmente convenceria um seguidor de Hume. Em termos humeanos, o processo de produção do pudim é um evento completamente separável do resultado final – seria perfeitamente concebível sem contradição que o processo de mistura e cocção dos ingredientes resultasse no desaparecimento dos ingredientes e na chegada do pudim pronto de outro lugar. Portanto, se o objetivo era dar uma garantia infalível de que o pudim *começou a existir* naquele local, o argumento não é suficiente.

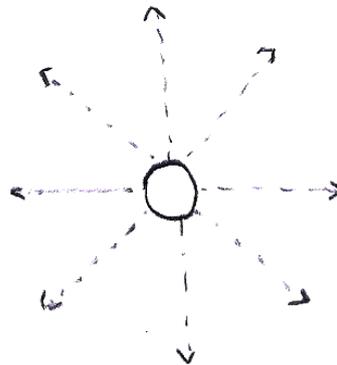
2) Mas o principal defeito é que Anscombe focaliza exclusivamente o problema do início de existência de *objetos* (substâncias), ao passo que a questão de Hume se aplica, talvez com mais propriedade, a modificações de existências, ou alteração de estados (eventos). E, quanto a estes, o argumento de Anscombe não tem aplicabilidade.

4. Exame de um segundo argumento de Hobbes, no *De corpore*

O ponto que Anscombe pretendia garantir, ou seja, uma conexão forte, substancial, ontológica, entre um certo processo e sua consequência poderia ser melhor defendido através de um outro argumento também devido a Hobbes, que, ademais de sua elegância, está isento da artificialidade do exemplo de Anscombe:

“Whatsoever is at rest, will always be at rest, unless there be some other body besides it, which, by endeavoring to get into its place by motion, suffers it no longer to remain at rest. For suppose that some finite body exist and be at rest, and that all space besides it is empty; if now this body begin to be moved, it will certainly be moved some way; seeing therefore there was nothing in that body which did not dispose it to rest, the reason why it is moved this way is in something out of it; and in like manner, if it had been moved any other way, the reason of motion that way had also been in something out of it; but seeing it was supposed that nothing is out of it, the reason of its motion one way would be the same with the reason of its motion every other way, wherefore it would be moved alike all ways at once; which is impossible.

“In like manner, whatsoever is moved, will always be moved, except there be some other body besides it, which causes it to rest. For if we suppose nothing to be without it, there will be no reason why it should rest now, rather than at another time; wherefore its motion would cease in every particle of time alike; which is not intelligible.” [De corpore 2.8.19]



A ideia de Hobbes é que a determinação da direção do movimento deve provir de algo exterior ao objeto – diríamos hoje, pela 2ª lei de Newton, que uma força altera o estado de movimento do corpo na direção de sua aplicação. Para Hobbes, assim como para Descartes, as leis da mecânica têm estatuto de verdades necessárias, anteriores a qualquer experiência. Ou seja, se uma força atua sobre um corpo em repouso em uma certa direção (como resultado, p. ex., do impacto de uma bola de bilhar sobre outra, para usar um famoso exemplo)

Tal argumento, contudo, não produziria mais uma vez o efeito desejado em um seguidor de David Hume – de fato o próprio Hume já o refutara na *Primeira Investigação*:

“We fancy, that were we brought on a sudden into this world, we could at first have inferred that one billiard ball would communicate motion to another upon impulse, and that we needed not to have waited for the event, in order to pronounce with certainty concerning it

(...) [But] the mind can never possibly find the effect in the supposed cause, by the most accurate scrutiny and examination. For the effect is totally different from the cause, and consequently can never be discovered in it. Motion in the second billiard ball is a quite distinct event from the motion in the first, nor is there anything in the one to suggest the smallest hint of the other.” [An Enquiry Concerning Human Understanding, Sec. IV.8-9]

CONCLUSÃO

Embora os argumentos de Hobbes para provar o caráter necessário da máxima causal de que todo evento tem uma causa não consigam abalar a teoria de Hume devido seu inexpugnável princípio de separabilidade das ideias, não deixa de ser interessante observar a vinculação que eles estabelecem entre o princípio de causalidade e a determinação espacial e, principalmente, temporal dos eventos. Não se pode deixar de pensar aqui na estratégia kantiana para a prova transcendental dessa máxima, que também recorre à necessidade de uma causa para prover a determinação temporal objetiva dos eventos. Evidentemente a perspectiva hobbesiana é ainda ontológica e propriamente metafísica, e a perspectiva de Kant é inteiramente distinta, mas a proximidade permanece. Não é sem razão, portanto, que Allison, em seu livro sobre o *Tratado* de Hume, apresenta seu exame da chamada “resposta de Kant a Hume” logo em seguida ao exame da resposta de Hume a Hobbes e da tentativa de Anscombe de renovar, contra Hume, o argumento hobbesiano.

Referências Bibliográficas

ALLISON, Henry E. *Custom and Reason in Hume*. Oxford: Clarendon Press, 2008 (esp. p. 97-103)

ANSCOMBE, G. E. M. 'Whatever has a beginning of existence must have a cause': Hume's Argument Exposed. *Analysis* 34.5, p. 145-151 (1974).

ANSCOMBE, G. E. M. Times, Beginnings and Causes. In: _____ *Metaphysics and the Philosophy of Mind*. Oxford: Basil Blackwell, 1981, p.148-162 [Originalmente publicado em *Proceedings of the British Academy*, 60 (1974)].

GORDON, David. Anscombe on Coming into Existence and Causation. *Analysis* 44, p. 52-54 (1984).

HOBBS, Thomas. *Elements of Philosophy, The First Section, Concerning Body*, ed. Molesworth, W. Aalen: Scientia Verlagen, 1966

HUME, David. *A Treatise of Human Nature*, ed. Norton, D.F e Norton, M. J. Oxford :University Press, 2000.

HUME, David. *An Enquiry Concerning Human Understanding*, ed. Beauchamp, T. L. Oxford: University Press, 1999.